Demonstrações Financeiras SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A.** Várzea Grande - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado do abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 25 de junho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 25 de junho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC-1SP209240/O-7

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2019
Ativo		
Circulante	_	0.404
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.104
Clientes Despesas antecipadas	6	22 615
Tributos a recuperar	O	66
Partes Relacionadas	7	1.138
Outros créditos	•	216
Total do ativo circulante		5.161
Não circulante		
Intangível	8	59.141
Total do ativo não circulante		59.141
Total do ativo		64.302
	Nota	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido	Hota	31/12/2013
Circulante		
E .	•	
Fornecedores	9	1.526
Impostos, taxas e contribuições a recolher	9	27
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas	10	27 483
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas	-	27 483 389
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar	10	27 483 389 3
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas	10	27 483 389
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar Total do passivo circulante	10	27 483 389 3
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar Total do passivo circulante Patrimônio líquido	10 7	27 483 389 3 2.428
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar Total do passivo circulante Patrimônio líquido Capital social	10 7	27 483 389 3 2.428
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar Total do passivo circulante Patrimônio líquido Capital social (-) Capital a integralizar	10 7	27 483 389 3 2.428
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar Total do passivo circulante Patrimônio líquido Capital social	10 7	27 483 389 3 2.428
Impostos, taxas e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas Outras contas a pagar Total do passivo circulante Patrimônio líquido Capital social (-) Capital a integralizar Prejuízos acumulados	10 7	27 483 389 3 2.428 134.935 (69.610) (3.451)

Demonstração do resultado

Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2019
Receita líquida	13	19
Custo dos serviços prestados		-
Lucro do exercício		19
Despesas operacionais Despesas gerais e administrativas	14	(3.690)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.671)
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	15 15	220 248 (28)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.451)
Imposto de renda e contribuição social Correntes		
Prejuízo do exercício		(3.451)
Prejuízo por ação básico (em R\$)		(0,026)

Demonstração do resultado abrangente Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(3.451)
Outros resultados abrangentes	
Resultado abrangente do exercício	(3.451)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Capital social		Reserva de capital			
_	Nota	Subscrito	A Integralizar	Prejuízos acumulados	Total	
Integralização de capital social em 25 de junho de 2019	12.a	134.935	(69.610)	-	63.325	
Prejuízo do exercício		-	-	(3.451)	(3.451)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		134.935	(69.610)	(3.451)	61.874	

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício (3.451) Depreciações e amortizações 336 (3.115) (Aumento) nos ativos operacionais: Clientes (22) Tributos a recuperar (66) Despesas antecipadas (nota 6) (615) Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526 Obrigações sociais e trabalhistas (nota 10) 483	_
Depreciações e amortizações (Aumento) nos ativos operacionais: Clientes Clientes Tributos a recuperar Despesas antecipadas (nota 6) Partes Relacionadas (nota 7) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 336 (3.115) (22) (1.138) (216)	
(Aumento) nos ativos operacionais: (22) Clientes (22) Tributos a recuperar (66) Despesas antecipadas (nota 6) (615) Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: 1.526 Fornecedores (nota 9) 1.526	
(Aumento) nos ativos operacionais: Clientes (22) Tributos a recuperar (66) Despesas antecipadas (nota 6) (615) Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Clientes (22) Tributos a recuperar (66) Despesas antecipadas (nota 6) (615) Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Tributos a recuperar (66) Despesas antecipadas (nota 6) (615) Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Despesas antecipadas (nota 6) (615) Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Partes Relacionadas (nota 7) (1.138) Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Outros créditos (216) Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Aumento nos passivos operacionais: Fornecedores (nota 9) 1.526	
Fornecedores (nota 9) 1.526	
Fornecedores (nota 9) 1.526	
Obrigações sociais e irabalfistas (flota 10) 405	
Impostos, taxas e contribuições a recolher 27	
Partes relacionadas – fornecedores (nota 7) 389	
Outras contas a pagar 3	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (2.744)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de intangível (nota 8) (59.477)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (59.477)	_
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Capital integralizado (nota 12) 65.325 Capital integralizado (nota 12) 65.325	_
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento 65.325	_
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa 3.104	_
·	_
Caixa e equivalentes de caixa na constituição da Companhia -	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 3.104	
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa 3.104	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de junho de 2019, e tem por objeto social a administração, manutenção, conservação, e exploração comercial de aeroportos, a exploração de estacionamentos e a execução de todas as atividades necessárias para o fiel desempenho das atividades exigidas pelo contrato de concessão firmado com a Agência Nacional de Aviação – ANAC para a ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco Centro Oeste: (i) Marechal Rondon – Cuiabá (SBCY), (ii) Maestro Marinho Franco – Rondonópolis (SBRD), (iii) Piloto Osvaldo Marques Dias – Alta Floresta (SBAT) e (iv) Aeroporto João Batista – Sinop (SWSI). A sede da Companhia fica localizada na Avenida Governador João Ponce de Arruda - lote Jardim Aeroporto - s/n Sala A Aeroporto – Centro Sul, cidade de Várzea Grande no estado do Mato Grosso, e data final do contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação – ANAC é até o dia 3 de setembro de 2019 com eficácia para 4 de outubro de 2049.

A conclusão e emissão dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia não apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, pois a Companhia foi constituída em 25 de junho de 2019 e iniciou as suas atividades em 4 de outubro de 2019, data da eficácia do contrato.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; ou (ii) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e instrumentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação:

Passivos financeiros

São classificados como custo amortizado. A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Incluem contas a pagar a fornecedores e débitos com partes relacionadas.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e financiamentos, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros--Continuação
 - i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

- a) Instrumentos financeiros -- Continuação
 - i) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Para a conclusão dessa demonstração financeira não houve impacto dos ativos e na necessidade de constituição de uma provisão para perda nos ativos, visto que a Companhia somente iniciou as suas operações de forma efetiva no mês de novembro de 2019. Ademais, o intangível possui vida útil definida e não há imobilizado que fizesse com que houvesse a necessidade de análise da vida útil.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2019, não houve nenhuma indenização.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, ademais o total do ativo intangível em 31 de dezembro de 2019 é de R\$59.142 e esta apresentado na Nota Explicativa 8.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Normas, alterações e interpretações de normas

(i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a emissão das demonstrações financeiras, pois não se fizeram necessárias visto que não tiveram aplicabilidade contábil.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui as "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes do ativos envolvidos na operação. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os impactos, porém por ser uma operação nova não houve valores a serem acrescidos na Companhia até 31 de dezembro de 2019. O principal efeito está relacionado às operações de arrendamento de aluguéis junto a terceiros que devem ser registrados no futuro para a operação dos aeroportos.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro -- continuação

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Até a data de divulgação dessa demonstração financeira, não identificamos nenhum valor a ser acrescido nessa provisão.

(ii) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 11 – Contratos de seguro	Refere-se à definição de um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Este CPC não se aplica a Companhia.
Alterações ao CPC 15	Refere-se a determinação de critérios para avaliar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.	Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.
Alterações ao CPC 26	Refere-se a definição de omissão material.	Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Em 2019, a Companhia realizou uma avaliação dos novos pronunciamentos e/ou suas alterações, e não detectou impactos contábeis relevantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Ademais, no contrato é previsto que quando ocorrido a extinção da concessão, todos os ativos retornem para o poder concedente automaticamente, visto que são denominados bens reversíveis. Essa determinação é prevista no contrato de concessão que foi firmado em 3 de setembro de 2019 com vigência até 4 de outubro de 2049. Os ativos são: i) Máquinas e Equipamentos, tais como escadas para embarques e desembarques ii) Outras instalações e iii) direito de uso dos espaços dos aeroportos.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Assim, o valor justo dos contratos das concessões é mensurado no reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Maiores detalhes, veja por favor a nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento – continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão e valor remanescente a receber

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão, pois 100% dos ativos serão retornados

Não é previsto nenhuma remuneração na extinção do contrato de concessão da exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Até 31 de dezembro de 2019, não havia nenhum passivo não registrado na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2019
Caixa e bancos Aplicações financeiras:	5
Aplicações automáticas (a)	3.099
	3.104

⁽a) A Companhia possui aplicação financeira no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 1% a 98% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

6. Despesas Antecipadas

Política contábil

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros, registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos relativos as despesas antecipadas estão apresentadas a seguir:

	31/12/2019
Seguro Patrimonial	91
Seguro Garantia	288
Seguro Outros	236
	615

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

		Ativo	Passivo	Res	ultado
Companhia	Natureza	Intangível	Circulante	Custo	Despesas
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	Reembolso de Despesas	1.138	389	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		1.138	389	-	-
Total em 31 de dezembro de 2018		-	-	-	-

Os saldos referem-se a operações das contas mantidos com sociedades controladas representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido.

8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os principais valores registrados no momento da emissão dessa demonstração financeira são:

- Contrato de concessão no montante de R\$40.361 o qual será amortizado em 30 anos conforme contrato de concessão efetivado até 4 de outubro de 2049.
- Viabilidade técnica de concessão de R\$18.501 o qual será amortizado em 30 anos conforme contrato de concessão efetivado até 4 de outubro de 2049.

Todos os valores são definidos em contratos e não há cláusulas restritivas para os mesmos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível—Continuação

	<u>_</u>		Amortização		Resi	dual			
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 25/6/2019	Adições (*)	Baixas	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 25/6/2019	Adições	Saldos em 31/12/2019	31/12/2019
Contrato de concessão	3	-	40.361	-	40.361	-	(336)	(336)	40.025
Outorga contratual (**)	3	-	18.501	-	18.501	-	•	` <u>-</u>	18.501
Hardwares	20	-	1	-	1	1	-	-	1
Máquinas e equipamentos	10	-	109	-	109	109	-	-	109
Construção em andamento (***)	-	-	505	-	505	505	-	-	505
	-		50.477		50 477		(000)	(000)	50.444
	=	-	59.477	-	59.477	-	(336)	(336)	59.141

^(*) O contrato passou a ter eficácia no dia 4 de outubro de 2019 com a sua assinatura.

^(**) As amortizações dos ativos intangíveis são registradas conforme interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e são amortizados pelo método linear. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2019 é de 3,333%.

^(***) Os gastos com construção, visam a ampliação e adequação a infraestrutura aeroportuárias para oferecer maior comodidade e melhoria nos serviços aos usuários, em consonância aos objetivos do PEA (plano de exploração aeroportuária).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

O saldo refere-se substancialmente a compra de materiais e serviços destinados a operação da Companhia:

	31/12/2019
Materiais e Serviços	1.248
Seguradoras	278
	1.526

10. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2019
Salários e ordenados a pagar	239
INSS a recolher	98
FGTS a recolher	25
IRRF a recolher	25
Outros	96
	483

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 191 colaboradores.

11. Provisões para demandas judiciais

Com base na análise individual dos assessores jurídicos, não houve nenhum processo para ser considerado como provisão para contingências no ano de 2019. Assim, a Administração com base no histórico do grupo entende que pode haver outros passivos no futuro.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$134.935 (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), com emissão de 134.935.000 (cento e trinta e quatro milhões novecentas e vinte e cinco mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que das 134.935.000 ações emitidas pela Companhia, 69.610.000 (sessenta e nove milhões e seiscentas e dez mil) ações, que estão pendentes de integralização, serão integralizadas em até 60 (sessenta) meses contados da sua subscrição pelas acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2019
Receita de operação	22
Receita bruta Deduções da receita bruta Receita líquida	(3) 19
	31/12/2019
<u>Deduções</u> COFINS (3%) PIS (0,65%) ISS (2% a 5%)	(2) - (1) (3)

14. Despesas operacionais - por natureza

	31/12/2019
Pessoal	(1.022)
Servicos de terceiros (*)	(926)
Seguros	(592)
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nos 8)	(326)
Conservação e manutenção	(74)
Locação de imóveis e máquinas	(49)
Outros custos e despesas operacionais	(701)
	(3.690)
Classificados como:	
Despesas gerais e administrativas	(3.690)

^(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

	31/12/2019
Receitas financeiras: Receita de aplicações financeiras	247
Atual. monetária créditos fiscais	1
	248
Atual. monetária obrigações fiscais	(28)
	(28)
Resultado financeiro, líquido	220

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

A SPE Aeroeste, administra seu capital, para assegurar que as entidades que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	31/12/2019	
Dívida (i)	_	
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	3.104	
Dívida líquida	3.104	
Patrimônio líquido (ii)	61.874	
Índice de endividamento líquido	5%	

- (i) A SPE não possuía dívidas durante o ano de 2019.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital – continuação

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa remunerados à taxa média ponderada de até 98% do CDI.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (i)	Custo Amortizado	5	5
Aplicações financeiras (i)	Custo Amortizado	3.099	3.099
Clientes (ii)	Custo Amortizado	22	22
Passivos			
Fornecedores (ii)	Custo Amortizado	1.526	1.526

⁽i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

⁽ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de riscos - continuação

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras. Na Companhia as concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de 25 de junho de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Evento subsequente

A pandemia do novo Corona vírus continua provocando uma grave e irremediável crise econômica em todo o Brasil, em virtude da necessidade da realização de isolamento social imposto pelas autoridades governamentais. A partir da instauração do fechamento dos negócios da Companhia, o que ocorreu em março de 2020, as fontes de receita da Companhia foram diretamente afetadas, com a redução na circulação de passageiros em nossos aeroportos. Essa redução foi na ordem de 90%. As principais receitas afetadas foram a taxa de embarque de terminal e de locação comercial. A administração da Companhia continua monitorando os efeitos do novo Corona vírus (Covid-19), tendo a expectativa de melhora no resultado de suas operações tão logo as autoridades governamentais flexibilizem as restrições de circulação até sua total normalidade. Adicionalmente a Companhia incluiu protocolos específicos de atendimento aos seus colaboradores, fornecedores, clientes e administração pública.

Membros da Administração

Marco Antônio Migliorini Diretor Presidente

Augusto Ricardo von Ellenrieder Diretor

> Eduardo Buzam Júnior Contador CRC 1SP243887/O-3